

Angola: e onde está a "boa governação" do mundo?



David Sogge

23

Working Paper / Relatório
Junho de 2006

Working Paper / Relatório

FRIDE

A Fundação para as Relações Internacionais e o Diálogo Exterior (FRIDE) é uma organização privada e independente, sem fins lucrativos, registrada em Madri. FRIDE centra-se principalmente em questões de democracia e direitos humanos; paz e segurança; e ação humanitária e desenvolvimento.

NEP

O Núcleo de Estudos para a Paz (NEP), do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, dedica-se aos estudos sobre paz e conflitos desde 2002 e pretende ser um pólo de investigação-ação neste domínio. Centra-se principalmente em questões de desenvolvimento, mulheres e construção da paz, transformação não violenta de conflitos e processos de reabilitação em países devastados por conflitos armados.

Relatórios

Os relatórios da FRIDE têm por objetivo promover um debate importante sobre estas questões e apresentar uma análise relevante das políticas internacionais.

Angola: e onde está a "boa governação" do mundo?

David Sogge

Junho de 2006

David Sogge, Fellow no Transnational Institute de Amsterdão, trabalha como analista independente. Desde 1985 que visita Angola com frequência, tendo publicado um livro e vários artigos sobre o país, bem como diversos relatórios para organizações internacionais e angolanas.

23

Working Paper /Relatório
Junho de 2006

Working Paper / Relatório

Texto original em inglês. Tradução: Mónica Rafael.

© Núcleo de Estudos para a Paz (NEP)

Centro de Estudos Sociais

Universidade de Coimbra

Colégio S. Jerónimo, Apartado 3087

3001-401 Coimbra - PORTUGAL

Tel.: +351 239 855593 – Fax: +351 239 855589

Email: nep@ces.uc.pt

Website: www.ces.uc.pt/nucleos/nep

© Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior (FRIDE) 2006.

Felipe IV, 9 1º Dcha. 28014 Madrid – ESPAÑA

Tel.: +34 915 22 25 12 – Fax: +34 915 22 73 01

Email: fride@fride.org

Todas as publicações da FRIDE estão disponíveis no site: www.fride.org

Este documento é propriedade da FRIDE. Proibida qualquer reprodução ou redistribuição sem a prévia autorização da FRIDE. As opiniões expressas neste artigo são as do autor e não reflectem, necessariamente, as opiniões da FRIDE. Se tiver algum comentário ou sugestão sobre este artigo, não duvide em contactar-nos através do e-mail comments@fride.org

Índice

Introdução	1
Angola: O Cenário	1
Empregos Sujos	1
Um Cliente Vindo do Frio	2
A Chegada de Novos Competidores	4
Sombras <i>Onshore</i>	5
Um Dividendo de Paz?	9
Um Estado sem Cidadãos	9
Poder para a Mudança	11
Agentes do Status Quo	11
Agentes Internos de Mudança	12
Agentes Externos de Mudança	14
Conclusão	18

Introdução

Do Equador à Guiné Equatorial, os países exportadores de petróleo mais pequenos estão a tornar-se alvos não apenas para os investidores, mas também para os geo-estrategas. Angola não é uma excepção. No entanto, como tantos outros casos controlados pelos petrodólares, Angola ilustra muitos dos sintomas do Estado *rentier*: a existência de políticos, empresários e accionistas que usufruem de montantes colossais nas suas contas bancárias enquanto os cidadãos comuns enfrentam défices colossais nos serviços públicos, meios de subsistência e governação legítima.

Este artigo oferece uma rápida leitura destes horizontes relativamente a Angola, nomeadamente:

- A competição internacional pelo petróleo e dinheiro angolanos está a intensificar-se; os europeus e americanos deixaram de ser os únicos competidores em jogo;
- A pobreza e a desigualdade projectam sombras enormes na vida do país; após quase 30 anos de guerra, o esperado “dividendo de paz” ainda está para chegar à maioria dos cidadãos;
- Internamente, a posição da classe política angolana parece inquestionável, na medida em que controla poderes clientelistas enormes e não é confrontada com uma oposição doméstica importante. É pouco provável que esta situação sofra alterações na ausência de qualquer estrato/camada social que sirva de contrabalanço, tal como o que pode emergir do comércio ou produção agrária;
- Externamente, a posição da indústria do petróleo dá-lhe capacidade de influência. No entanto, é pouco provável que se use esse poder para alcançar transparência e normas democráticas sem a existência de uma pressão pública internacional. Levar as empresas da indústria do petróleo (petroleiras) a comportarem-se como cidadãos globais não é impossível. Existem algumas iniciativas globais que sugerem caminhos exequíveis, mas necessitam de muito mais apoio político e implementação profissional – ambas

dimensões inexistentes hoje em dia na gestão da economia global.

- Deste modo, Angola coloca desafios de democratização e emancipação da pobreza, não só ao nível nacional mas também ao nível de uma governação responsável e aberta ao nível global.

Angola tem sido profundamente marcada pelas suas relações externas. Este artigo procura situar as tendências locais num contexto de poderes e fluxos globais, especialmente os relacionados com o petróleo e os seus enormes rendimentos – as riquezas que têm gerado guerra, corrupção e pobreza.

Angola: O Cenário

De acordo com um dos principais axiomas do desenvolvimento, a miséria de África deve-se à sua falta de abertura, ao seu fracasso em alcançar o global. Angola ilustra a imbecilidade de tais postulados simplificados. Apesar de a exposição do país a interesses mercantis, militares e políticos globais ter sido profunda e implacável durante os últimos quinhentos anos, poucos locais conheceram maior miséria.

A história de Angola reflecte as formas mais antigas e perversas da globalização. Porém, se continuar esse tipo de globalização – depredação livre de dentro e de fora –, pressagia-se um futuro lúgubre para o país. O desafio reside em domar os predadores, mas essa não será uma tarefa fácil.

Empregos Sujos¹

Há séculos que a extracção da riqueza humana e material de Angola tem fornecido lucros extraordinários aos interesses externos. No entanto, as maneiras e os meios dessa extracção – escravatura, guerra, trabalho forçado, corrupção, negação de respeito pelos cidadãos e

¹ Na versão original *Muck and Brass*, referente à expressão inglesa ‘Where there’s muck there’s brass’, ou seja, ‘onde há empregos sujos a desempenhar, existe dinheiro a ganhar’.

abuso dos seus direitos – tornam esses lucros excepcionalmente sujos. Desde o início da década de 70 que a fonte de lucro principal tem sido o petróleo – “o excremento do diabo”.

O petróleo subsidia o Estado e a classe política. Em 2005, somou 80 por cento dos rendimentos estatais e 90 por cento das receitas de exportação. No entanto, a indústria do petróleo é um enclave, na medida em que emprega menos de onze mil pessoas e quase não tem qualquer ligação *forward* (para a frente, ex. indústria petroquímica) ou *backward* (para trás, ex. fornecimento de serviços, equipamentos) com a economia *onshore* (de base agro-industrial). A indústria diamantífera proporciona mais empregos, mas encontra-se limitada de modo semelhante. Se os rendimentos destas indústrias extractivas fossem investidos *onshore* e concentrados de forma ampla sobre os cidadãos, poderiam tornar Angola numa nação genuinamente produtiva e próspera. Mas a importância económica destas indústrias para Angola reside principalmente no engordar de um pequeno número de contas bancárias – a maioria das quais *offshore* e secretas. E apesar de demonstrações de preocupação no Ocidente sobre a pobreza de Angola, os bancos estrangeiros, as empresas petrolíferas e outros investidores pretendem continuar a puncionar a riqueza angolana através de quaisquer meios necessários.

A política tem sido guiada por lutas pelo controlo sobre os rendimentos do petróleo e dos diamantes, que têm transformado a paisagem social e económica. O petróleo tornou Angola num campo de batalha da Guerra Fria. A guerra internacionalizada chegou ao fim em 2002, mas o mesmo não aconteceu relativamente às manobras geopolíticas em torno da riqueza angolana. A procura mundial por petróleo está a intensificar-se e as fontes habituais de petróleo do Médio Oriente e da América Latina parecem cada vez mais instáveis. Estes factores transformam o petróleo angolano numa questão de segurança para o Ocidente. Ao fim ao cabo, os norte-americanos encaram o petróleo barato como um dos seus direitos humanos fundamentais.

A governação em Angola nunca foi muito eficaz nem legítima. O regime colonial português foi repleto de

violência e corrupção até ao seu término em 1975. De acordo com as abordagens convencionais, os fracassos de governação após essa altura devem-se às elites domésticas – à sua ganância, às suas práticas clientelistas e disputas tribais. Mas essas abordagens deturpam seriamente a história do país, já que a governação de Angola é há muito conduzida por forças domésticas e estrangeiras. É uma realidade híbrida. Os poderes soberanos são partilhados com actores externos poderosos. As formas de governação são fracas à semelhança de dezenas de países orientados para o exterior, de quem se espera o cumprimento de certas tarefas no sistema mundial. Actualmente nesse sistema, os poderes absolutos são dominados por grandes empresas privadas, especialmente no ramo do petróleo e das finanças, e pela hegemonia dos Estados Unidos da América. Estes actores têm desencorajado formas sérias de regulação pública internacional deste sistema lucrativo, mas opaco. A fraca governação angolana reflecte a preferência de uma elite *global* por uma governação *global* fraca.

Um Cliente Vindo do Frio

Até ao início da década de 90, as administrações norte-americanas consideravam Angola um posto avançado perigoso do Marxismo, para o qual a única resposta adequada era uma guerra de baixa intensidade contra o comunismo – e, se possível, uma mudança de regime. Hoje em dia, os estrategas ocidentais descrevem os Estados fracos ou falhados como ameaças à segurança; no entanto, na década de 80, a intenção das principais potências ocidentais era exactamente enfraquecer os Estados. O êxito norte-americano em alcançar este objectivo em Angola, como no Afeganistão, Nicarágua e noutros alvos, foi impressionante. Porém, com o final da Guerra Fria e com a França e outros rivais comerciais a abocanharem as oportunidades lucrativas em Angola, os Estados Unidos começaram a encarar Luanda mais como cliente do que pária.

A Angola de hoje pode ter um Estado distorcido e frágil, mas para as empresas é mais do que nunca um

local com quem desenvolver negócios. Libertada da guerra a partir de 2002 e impulsionada por uma enérgica subida dos preços mundiais do petróleo, a economia formal de Angola está em expansão. No período entre 2002 e 2004, o PIB registado cresceu a uma rápida taxa média anual de 9,7%; entre 2005 e 2007, é esperado que o crescimento do PIB galope até 18% anuais. As reservas estrangeiras estão a aumentar. O governo angolano começou a gerir um saldo positivo no seu orçamento. Liquidou dívidas oficiais antigas (incluindo, em 2004, o pagamento de US\$ 750 milhões a um Portugal agradecido e necessitado) e assumiu novas com banqueiros da China, Brasil, Inglaterra e Israel, cujos empréstimos são suportados por rendimentos petrolíferos futuros. Em 2004, Angola comprou cerca de US\$ 6,6 milhões de bens e serviços externos, fora do sector petrolífero; até 2009, espera-se que o total alcance os US\$ 12,3 biliões. Se incluirmos as aquisições para o sector petrolífero, a conta total de importação será de US\$ 19,6 biliões – um mercado atraente sob quaisquer critérios².

Os governantes em Luanda têm talhado leis e políticas que gratificam as empresas estrangeiras. De acordo com o 'índice de liberdade económica', produzido por um *think-tank* baseado em Washington e que traduz um conjunto de avaliação/classificação baseado principalmente na atitude favorável da política governamental face a interesses de empresas externas, Angola ocupa uma boa posição. Comparada com outros 28 Estados exportadores de petróleo e gás, Angola está classificada com níveis médios ou acima da média em sete dos dez critérios de "liberdade económica"; o seu 'peso fiscal' (impostos sobre empresas) leve atribui-lhe uma posição particularmente elevada³. Em 2005, um alto funcionário da Organização Mundial de Comércio (OMC) só tinha elogios às polícias económicas do país.

² FMI (2005), *Staff Report for the 2004 Article IV Consultation*, IMF Country Report No. 05/228, Washington DC: FMI, Julho.

³ Em comparação com a Argélia, Azerbeijão, Bahrein, Camarões, Chade, Colômbia, Congo, Equador, Egipto, Guiné Equatorial, Gabão, Irão, Kazaquistão, Kuwait, Líbia, México, Nigéria, Omã, Qatar, Rússia, Arábia Saudita, Síria, Trinidad e Tobago, Tunísia, Turquemenistão, Emirados Árabes Unidos, Venezuela e Iémen. Para 2005, a *Heritage* não forneceu nenhuma classificação para outros produtores principais de petróleo e gás, nomeadamente Brunei, República Democrática do Congo, Iraque, São Tomé e Príncipe e Sudão. <http://www.heritage.org/research/features/index/index.cfm>

É claro que Luanda raramente demonstrou animosidade para com grandes empresas estrangeiras – ponto reforçado por figuras como o banqueiro David Rockefeller durante a Guerra Fria, quando era obsoleto tecer comentários agradáveis sobre o governo 'Marxista-Leninista' do MPLA. No entanto, Rockefeller e outros membros do *establishment* norte-americano foram incapazes de impedir que o Secretário de Estado Henry Kissinger montasse uma guerra longa e selvagem através de agentes em prol do governo americano – África do Sul, Zaire e o movimento rebelde da UNITA – contra o governo do MPLA. A guerra de 27 anos ceifou as vidas de cerca de um décimo da população angolana, conduziu ao deslocamento de milhões de pessoas, levou à perda de biliões de dólares de produção e destruiu a infra-estrutura. À semelhança de outro tipo de guerras rollback noutros locais, os campos e as estradas de Angola estão ainda semeados de minas anti-pessoais; em 2004, dois anos após o final da guerra, estas tinham morto 73 pessoas e ferido 114.

Presentemente não falta amabilidade entre os Estados Unidos e Angola. Funcionários oficiais descrevem as relações comerciais como assuntos de lealdade há muito estabelecida. Recentemente, um embaixador norte-americano observou com satisfação que nunca foi negado um único barril de petróleo angolano aos Estados Unidos durante a guerra. Nesses anos, o petróleo e os lucros provenientes do petróleo continuaram a fluir graças à Cuba comunista, cujas tropas protegiam as instalações da empresa *American Gulf Oil* de ataques por insurgentes apoiados pelos Estados Unidos. De facto, as grandes empresas de petróleo, nomeadamente a norte-americana *Chevron* (que adquiriu a *Gulf Oil*) e a sua rival, a francesa *Total Fina Elf*, têm sido presenças decisivas no país, com as suas fortunas entrelaçadas com as da classe política angolana, incluindo os militares.

Angola possui atracções para os geo-estrategas. A administração Bush, tal como muitas administrações anteriores à sua, prometeu reduzir a dependência norte-americana do petróleo estrangeiro. No entanto, mesmo as projecções mais optimistas sustentam que,

em 2025, os Estados Unidos terão ainda de importar pelo menos 60 por cento do petróleo que necessitam. As fontes do volátil e perigoso Golfo Pérsico são tudo menos garantidas, o que se traduz na diversificação de fontes de petróleo estrangeiras como um imperativo estratégico prioritário.

Angola sempre vendeu a maior parte do seu petróleo aos Estados Unidos, encontrando-se actualmente entre os seus sete principais fornecedores de petróleo. Geoestratégias encaram o petróleo angolano, tal como o de outros exportadores do Golfo da Guiné (Nigéria, Camarões, Chade, Guiné Equatorial, Gabão, República do Congo, São Tomé e Príncipe), como mais seguro do que o proveniente do Golfo Pérsico. As fontes principais no Golfo da Guiné são poços profundos a dezenas de quilómetros offshore. Nessas plataformas distantes, problemas como greves, insurreições locais e crime (como na Nigéria) não colocam nenhum perigo sério. Além disso, esses campos de petróleo estão mais perto das refinarias norte-americanas e europeias, tornando o seu transporte mais barato e fácil de defender. Angola não é membro da frequentemente difamada Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC), um clube que inclui regimes como a Venezuela e o Irão, que dão dores de cabeça aos Estados Unidos. Deste modo, os estrategas norte-americanos cultivaram Angola como um parceiro no Golfo da Guiné – denominado agora por alguns observadores como um “lago norte-americano”.

A Chegada de Novos Competidores

A procura mundial por petróleo está a abranda-se, o seu fornecimento está a abrandar e pode em breve atingir um ponto máximo. Estas tendências, e a pressão crescente que colocam sobre os rendimentos angolanos, estão a reforçar a posição negocial de Angola face às empresas e governos estrangeiros. A China está hoje a responder a mais de 40 por cento das suas necessidades petrolíferas através de importações – muitas delas de África. Os investimentos chineses em África, principalmente no sector petrolífero, estão em expansão. À semelhança dos actores externos mais poderosos, os

negócios petrolíferos são maquilhados com migalhas vistosas de ajuda. Recentemente, o *New York Times* relatou: “Em Angola, que actualmente exporta 25 por cento da sua produção petrolífera para a China, Pequim assegurou uma aposta principal na produção de petróleo futura com um pacote de US\$ 2 biliões de empréstimos e ajuda que incluem fundos para as empresas chinesas construírem caminhos-de-ferro, escolas, estradas, hospitais, pontes e escritórios; instalarem uma rede de fibra óptica; e darem formação em telecomunicações aos funcionários angolanos.”⁴. Adicionalmente, através de um acordo dissimulado, a China está a construir um novo aeroporto próximo de Luanda, empregando quase exclusivamente mão-de-obra chinesa, para grande desapontamento de muitos angolanos desesperados por emprego. Tal como os norte-americanos, a China está a desenvolver relações militares modestas, fornecendo equipamentos de telecomunicações e um centro de formação para tropas de combate de elite próximo de Luanda às forças armadas angolanas.

Para além da recém chegada China, outras potências comerciais não ocidentais estão a procurar as oportunidades lucrativas oferecidas pela riqueza angolana. A África do Sul é uma presença comercial principal, fornecendo cerca de 11 por cento das importações de bens registados de Angola, bem como serviços bancários, de consultoria, de saúde e educação, entre outros. Diz-se que os sul-africanos compraram ranchos e outras quantidades consideráveis de bens imobiliários, embora a extensão das suas posses não seja conhecida publicamente na medida em que eles usam angolanos como fachada para as suas aquisições.

Em termos culturais e históricos, o compromisso com o Brasil tem sido sempre importante. O Carnaval de Vitória, realizado anualmente em Luanda, é uma reprodução do Carnaval do Rio de Janeiro. Os investimentos brasileiros em supermercados e firmas de construção têm crescido desde 1990. Muitas destas actividades são suportadas com créditos brasileiros concedidos em troca de petróleo angolano. O Brasil fornece

⁴ Nota: Tradução própria. ‘Q&A: China, Africa, and Oil’ *New York Times*, 18 Janeiro 2006.

cerca de seis por cento das importações angolanas registadas. Entre ambos os países, há grandes fluxos não oficiais. Diariamente, centenas de angolanos carregados com bens comerciais chegam a Luanda em grandes aviões de transporte de viagens de reabastecimento ao Rio de Janeiro e a Joanesburgo. Membros da elite angolana armazenam a sua riqueza em bancos brasileiros. Conselheiros económicos brasileiros trabalham nos principais ministérios angolanos.

Imperativos semelhantes em negócios petrolíferos e bancários estão a atrair interesses espanhóis, portugueses e de outros países europeus. Em 2003, o banco inglês *Standard Chartered Bank* organizou um consórcio de bancos da Europa ocidental para fornecer um empréstimo enorme de US\$ 1.15 biliões, seguido em 2004 por um empréstimo compacto de US\$ 2.25 biliões, com juros altos, à companhia petrolífera estatal angolana. No seu conjunto, os países da União Europeia estão menos dependentes do que os Estados Unidos das importações de petróleo do Golfo da Guiné (incluindo as angolanas). No entanto, Espanha e Portugal, que importam mais de 20 por cento do seu petróleo do Golfo da Guiné, são excepções ao padrão europeu. Portugal é o fornecedor mais importante de bens a Angola, e em 2004 o país europeu somava 18 por cento das importações registadas. Portugal também está activo na área bancária; o Banco Fomento Angola, filial totalmente na posse do banco português BPI, tornou-se o banco comercial mais importante, e está a dar empréstimos para o desenvolvimento do sector petrolífero e para iniciativas tais como a renovação das companhias aéreas nacionais angolanas.

Em suma, os fluxos angolanos de petróleo e rendimentos estão a estimular o espírito animal do comércio global e os cálculos dos geo-estrategas. À medida que cresce a corrida pelos seus favores, as elites angolanas encontram-se em posições negociais cada vez mais poderosas. Porém, na balança está a solidez da sua posição para com os cidadãos comuns.

Sombras Onshore

A economia angolana, de cariz maioritariamente offshore e elitista, está a crescer. Mas *onshore*, no terreno da economia do dia-a-dia) emergem sombras imensas: pobreza e incapacidade.

Apesar de a forma geral da economia ser amplamente conhecida, a existência de informação detalhada está longe de ser de confiança ou completa, mesmo no contexto da África Subsahariana⁵. Porém, tomando em consideração os dados existentes como estimativas indicativas, existem provas para sustentar as seguintes conclusões:

A maioria dos angolanos sofre de pobreza material crónica. Em 2001, 68 por cento da população vivia abaixo da linha oficial da pobreza de US\$ 1,70 por dia; 28 por cento vivia abaixo da linha da pobreza extrema, US\$ 0,76 por dia. Nas cidades, três em cada quatro pessoas não consomem o número mínimo diário de calorias que necessitam, porque não têm recursos para elas.

Os angolanos têm vidas curtas e doentes. Em 2002, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estimou que a esperança média de uma vida saudável à nascença para um angolano é de 33,4 anos (valor baixo, mesmo para África), e que pode perder uma média de 17% dessa vida para doenças e incapacidade – uma proporção grande, mesmo para África.

A desigualdade está a crescer. Em 2001, os 10 por cento mais ricos da população recebiam 42 por cento da receita nacional. Nas áreas urbanas, o índice de Gini de desigualdade de renda aumentou de 0,45 em 1994-

⁵ Desde 1970 que não é feito um censo geral da população. A informação sistemática é duvidosa ou simplesmente inexistente devido à guerra e convulsão social, limitações em capacidades e falta de organização para pesquisa. No entanto, alguns funcionários angolanos desencorajaram simplesmente a pesquisa sobre a situação socio-económica. Mercedes González de la Rocha, 2001, *Choices for the Poor: Lessons from national poverty strategies*, Nova York: UNDP; <http://www.undp.org/dpa/publications/choicesforpoor/ENGLISH/CHA P08.PDF>

95 para 0,51 em 2001⁶. O acesso a serviços de saúde e de educação de qualidade, ambos em fase crescente de privatização, é um privilégio que apenas pode ser sustentado pelos mais ricos.

Em termos comparativos, Angola encontra-se numa posição pobre nas classificações mundiais sobre desenvolvimento e pobreza. Dos 103 países em vias de desenvolvimento que constam do Índice de Pobreza Humana do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2005⁷, Angola classificou-se em 83º, entre a turbulenta Costa do Marfim e a República Democrática do Congo [ver dados da tabela].

A pobreza material difere em alcance e intensidade entre a cidade e o campo, entre mulheres e homens, e entre regiões diferentes. As explicações para a pobreza são muitas e controversas. No entanto, o atraso das tecnologias e a falta de know-how – citadas constantemente como as razões da pobreza angolana – só explicam algumas das causas desta pobreza persistente.

Esta realidade é explicada através do recurso a alguma história económica. Nas décadas de 50 e 60, a economia *onshore* de Angola era tudo menos atrasada. O Planalto central, o coração agrícola, tinha um dos sistemas de cultivo comercial mais avançados de África, baseado numa produção de pequenos proprietários. Foram os agricultores africanos, e não os colonos portugueses, que tornaram Angola num exportador bruto de bens alimentares. No que diz respeito à quantidade de força produtiva assalariada, Angola tinha um dos maiores proletariados africanos fora da África do Sul.

⁶ Mário A. Sousa (2002), *Angola Country Paper*, International Conference on Poverty Reduction Strategy in Africa, Lusaka, Zambia, Junho.

⁷ O Índice de Pobreza Humana (IPH-1) mede a pobreza em países em vias de desenvolvimento. Centra-se sobre privações em três dimensões: longevidade, medida pela probabilidade à nascença de não sobreviver aos 40 anos; conhecimento, medido através da taxa de analfabetismo adulto; e o aprovisionar de mantimentos, públicos e privados, em termos gerais, medido pela percentagem de pessoas que não utilizam fontes de água melhoradas e a percentagem de crianças desnutridas com idade inferior a cinco anos.

Angola: dados comparativos⁸

	Angola	África subsahariana
Esperança de vida à nascença	41 anos	46 anos
Desnutridos como % da população total	40 %	30 %
Crianças menores de 5 anos moderada ou gravemente abaixo do peso normal	31 %	40 %
Taxa de matrícula escolar; nível primário	61	78
Taxa combinada de matrícula nos 3 níveis educacionais	30	50
Mortalidade, abaixo dos 5 anos, por 1000	260	179
Mortalidade, 0-1 anos, por 1000 nados-vivos	154	104
Mortalidade materna por 100,000 nascimentos	1700	1300
População com acesso a água potável melhorada	50 %	58 %
População com acesso a serviços sanitários melhorados	30 %	36 %
Índice Desenvolvimento Humano 2003	0.445	0.515
Índice de Pobreza Humana HPI-1	41.5	42.8
PIB per capita (PPP US\$)	\$ 2344	\$ 1856

Dados de vários anos no período 2000-2004

Próximo do final da era colonial, Angola estava num caminho deformado, mas ainda assim dinâmico, de desenvolvimento agro-industrial, com uma estrutura de classe correspondente. O Banco Mundial raramente apresenta análises de classes em qualquer país. Mas fê-lo em 1991, identificando as classes principais (à parte dos residentes rurais não assalariados ou camponeses) da seguinte forma:

– Uma classe dominante de proprietários ausentes, residentes maioritariamente na Europa;

⁸ Fontes: Estatísticas das Nações Unidas, <http://unstats.un.org/unsd/mi/mi.asp>; Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD 2005.

- Homens de negócios/empresários de posição elevada, incluindo administradores e oficiais militares;
- Uma classe média mais baixa de pequenos proprietários, funcionários subalternos e empregados assalariados;
- Um proletariado urbano e rural;
- Um 'lumpenproletariado' nas áreas urbanas⁹.

Uma explicação completa da pobreza e do poder social em Angola explicaria o modo como esta estrutura de classe mudou no período pós-colonial – e como muito dela permaneceu igual.

A pobreza material e a desigualdade de hoje são assim causadas por uma economia política mais antiga. Mas a guerra e a nova economia política extractiva reformaram fundamentalmente a sociedade e a política. Tanto na guerra como na economia, as apostas políticas têm sido elevadas e as lutas intensas. Os cidadãos angolanos enfrentaram as consequências, tanto imediatas como de longo-prazo. Entre as consequências que ajudam a explicar a pobreza, a desigualdade e a exclusão, encontramos as seguintes:

- *Colapso dos sistemas agrícolas anteriores e da economia 'onshore'.*

Com a partida apavorada, em 1974-75, dos colonos portugueses que tinham monopolizado o comércio rural, ocorreu um colapso dos circuitos económicos vitais de mão-de-obra, gado, transporte, armazenamento e comércio de mercadorias. A "fome de bens" resultante diminuiu os rendimentos dos agricultores e negou-lhes investimentos cruciais, como arados e fertilizantes. Esgotaram os excedentes agrícolas para exportação e consumo urbano secaram. Seguiram-se outros choques induzidos politicamente: recrutamento forçado de habitantes rurais para os exércitos, abandono oficial de pequenos produtores e arrebatamento indevido de bens. A liderança de Luanda teve de alimentar as cidades e o exército com comida importada. Não havia falta de petrodólares para pagar, nem de comerciantes e agências humanitárias ocidentais preparadas para fornecer comida – muita dela subsidiada

⁹ Banco Mundial (1991), *Angola: An Introductory Economic Review*, Washington: Banco Mundial, p. 186.

fortemente pelos contribuintes ocidentais. Entretanto, um anterior dinamismo principal da economia angolana – o café – entrou em colapso devido à guerra e ao enorme excedente da nova produção do Brasil, Vietname e outros produtores tropicais. Outras exportações agrícolas também entraram em colapso. O abandono da agricultura está a ocorrer em toda a África subsaariana, mas em nenhum outro local se deu de forma tão precipitada.

- *Deslocação populacional*

Em 1970, apenas 15 por cento da população, cerca de 850 mil pessoas, era residente urbana. Hoje, após décadas de urbanização forçada, pelo menos metade dos angolanos, talvez sete milhões de pessoas, vive em cidades. À medida que os serviços de água, de sistema de esgotos, de saneamento e de energia se deterioraram e pouco tendo sido desenvolvido desde 1974, a miséria urbana tornou-se geral e ameaçadora da sobrevivência. As cidades são esmagadoramente locais de pobreza. Durante a guerra, a maioria dos técnicos e profissionais de classe média fugiram do interior. São poucos os pobres e quase raros os de classe média que vêm algum sentido em regressar ao campo. Deste modo, a hiper-urbanização em Angola é permanente e só tende a aumentar.

- *Perda de empregos e transferência de bens*

O emprego formal assalariado, quer a tempo inteiro quer sazonal, nunca recuperou os seus níveis anteriores à guerra e ao colapso. Os meios de subsistência e os níveis de vida são hoje mais precários devido a mudanças colossais no acesso (formal e costumeiro) à terra, habitação e outros bens. A apropriação indevida de terra no campo, em especial de quintas com infraestrutura, intensificou-se com o final da guerra. Nas cidades, onde as elites começaram a apoderar-se de apartamentos e de outros bens imobiliários durante a década de 80, as lutas estão a intensificar-se em especial sobre terra urbana ocupada por moradores de bairros pobres (musseques).

- *Lutas competitivas pela existência*

A maior parte das famílias participa numa ou noutra parte da economia informal de bens (especialmente

contrabandeados, roubados ou importações isentas de impostos ou regulações) e serviços (comércio de moeda, trabalho de reparação, de cabeleireiro, prostituição, trabalho em minas). O comércio é bem mais importante que a produção. É um eixo de fluxos nacionais e internacionais de trabalho, incluindo o de terras distantes na África Ocidental; estima-se que residam em Angola cerca de meio milhão de migrantes – virtualmente todos sem registo. O controlo sobre os sectores comerciais está geralmente nas mãos de magnatas comerciais e oficiais do exército com poderes privilegiados para importar bens. Os homens e especialmente as mulheres no comércio informal, tal como vendedores de rua, sofrem represálias oficiais frequentes. Nas províncias do nordeste, a exploração diamantífera atraiu centenas de milhares de trabalhadores, na sua maioria da vizinha RDC. As autoridades angolanas intimidaram e, nos últimos anos, expulsaram cerca de trezentos mil destes migrantes esfomeados por emprego, apesar dos protestos internacionais generalizados.

• *Fornecimento exíguo e desigual de bens e serviços públicos*

Quase três décadas de guerra e negligência oficial conduziram à destruição de escolas, centros de saúde, estradas, pontes, linhas de electricidade e sistemas de água. Hoje, os serviços básicos alcançam apenas uma minoria de pessoas, na sua maioria os mais ricos. Os serviços são irregulares e de pobre qualidade. A guerra e o consumo das elites absorveram a maior parte dos recursos públicos. Um estudo apoiado pelas Nações Unidas concluiu que nos anos 90, 'Angola dedicou ao sector da saúde menos de metade do que os outros países da região [África Austral] e ao sector da educação menos de um terço, em proporção com os gastos totais do governo'¹⁰.

É claro que a guerra explica, pelo menos em parte, a redução dos gastos. Mas a política das elites também o explica em grande medida. Os orçamentos governamentais reflectem as preferências de um estrato social protegido e rico. 'De 1997 a 2000, os montantes for-

nicidos em bolsas para estudar no estrangeiro excedeu o financiamento fornecido para o ensino superior no país. A alta percentagem de gastos em bolsas... não tem paralelo em nenhum outro país africano'¹¹. Em 2001, menos de 35 por cento da população tinha acesso aos serviços de saúde estatais; de todos os nascimentos, cerca de 23 por cento foram assistidos por profissionais de saúde qualificados, em contraste com uma média de 41 por cento na África subsahariana. A maior parte dos gastos de saúde vai para serviços curativos hospitalares, incluindo grandes quantias gastas pela elite na África do Sul e Portugal. Entre Fevereiro e Junho de 2006, cerca de dois mil angolanos morreram devido à cólera – uma doença emblemática de serviços públicos de má qualidade e da indiferença da elite para com os pobres (como aconteceu em boa parte da Europa no século XIX).

Para responder às exigências do FMI em inícios da década de 90, o governo acabou com os subsídios de comida para os pobres urbanos. Não tem havido nenhum esforço sério em promover emprego para os pobres, tal como em projectos de trabalhos públicos. Não existe um sistema público eficaz de protecção social para os que se encontram em desvantagem crónica e para os idosos, embora uma nova lei de Protecção Social aprovada em 2004 o torne possível em princípio. Mas não há sinais alguns de um estado previdência emergente e são poucos os sinais claros de uma redistribuição descendente. A maior parte dos angolanos sobrevive totalmente às custas dos seus próprios recursos, predominantemente de redes familiares.

• *Segurança precária e desrespeito por direitos*

Os angolanos já não sofrem as violações de direitos humanos horríficas dos anos da guerra. No entanto, um relatório de 2005 realizado por uma Representante Especial das Nações Unidas (NU) confirmou aquilo que muitos angolanos e observadores externos há muito denunciam: muitos direitos básicos são abusados. Os sistemas judicial, policial e prisional desempenham as suas tarefas de forma deficiente – ou seja, desempenham-nas tão bem como a maior parte dos

¹⁰ UNDP, IOM, UNICEF, WHO (2002), *Public Financing of the Social Sectors in Angola*, Luanda: UNDP (em parceria com os Ministérios angolanos da Educação, Finanças e Saúde), p. 13.

¹¹ *Ibid.*, p. 70.

outros sistemas do sector público. Mas o regime colonial e a devastação da guerra servem apenas para explicar alguns dos défices de justiça e de segurança. A representante das NU descobriu que as autoridades demonstram um desrespeito activo pelos direitos e tendem a andar vagarosamente quando instruídos para melhorar as coisas. Tais atitudes oficiais ajudam a explicar a impunidade judicial para a polícia e soldados, o desalojamento, as restrições à liberdade de expressão (especialmente fora de Luanda) e os impedimentos graves à acção colectiva na sociedade civil¹². Em resposta ao relatório da Representante Especial das NU, o Ministro angolano das Relações Exteriores denunciou-o como uma interferência nos assuntos domésticos do país.

Um Dividendo de Paz?

Hoje em dia está-se a tentar resolver algumas insuficiências nos serviços públicos através de uma maior contratação de novos professores e alguma reconstrução de infra-estrutura social. Mas a maior parte do investimento público está direccionado para objectos convencionais de 'alta modernidade', tais como uma super auto-estrada na periferia da cidade capital. Assim, há ainda que pagar um 'dividendo de paz' aos cidadãos comuns, principalmente aos mais pobres.

Um Estado sem Cidadãos

Os governantes da nação – uma constelação de rentistas políticos, tecnocratas do sector petrolífero e oficiais militares – gerem o Estado de acordo com os seus interesses. Há um conjunto de factores que contribuiu para a centralização do poder: leis, normas e um apa-

¹² UN Commission On Human Rights (2005), *Mission to Angola. Promotion and Protection of Human Rights Human Rights Defenders. Report Submitted by the Special Representative of the Secretary-General on the Situation of Human Rights Defenders*, Hina Jilani, Nova York: Nações Unidas, E/Cn.4/2005/101/Add.2.

relho do sector público herdado dos portugueses; a busca de sistemas de controlo de um estado socialista; resultados de lutas pela supremacia no interior do MPLA¹³; lutas pela supremacia militar contra os insurgentes; e fluxos centralizados de receitas das indústrias extractivas, nomeadamente do petróleo.

A política gira em torno do poder pessoal. O assento supremo da autoridade reside no Futungo de Belas, o complexo presidencial numa colina do litoral nos arredores de Luanda. O termo comumente usado *Futungo* refere-se ao grupo de personagens e de redes clientelistas centradas em redor do Presidente Dos Santos. A política da oposição também gira em torno dos 'grandes homens' – sendo Jonas Savimbi o exemplo mais notório – e não parece haver um afastamento, quanto mais um repúdio por tal estilo político.

A democracia multipartidária tem sido a lei da terra desde 1991. Os partidos da oposição são tolerados, pelo menos na capital. Porém, para a classe política reinante, a competição política activa é perturbadora e indesejável. De qualquer forma, esta foi desencorajada desde 1992, quando o então cliente dos Estados Unidos, Jonas Savimbi da UNITA, enviou o país de volta para a guerra, após uma estreita derrota nas primeiras eleições de sempre no país. Hoje, as autoridades não se cansam de informar os ocidentais de que as eleições são uma prioridade elevada¹⁴, mas após adiamentos repetidos os angolanos estão ainda a esperar pela sua segunda oportunidade para votar¹⁵.

O verdadeiro centro da política angolana é gerir o clientelismo e pactos entre elites. A maior parte desta gestão ocorre de forma discreta e fora do escrutínio público. Comprar e cooptar opositores é há muito um

¹³ Em 1977, as forças de segurança impediram uma tentativa de golpe de estado da esquerda; em meados da década de 80, o círculo interno de africanos negros seniores do partido estabeleceu a marginalização dos mestiços e figuras brancas do partido, alguns dos quais se mantiveram presos a ideais social-democratas e socialistas dos anos iniciais.

¹⁴ International Foundation for Election Systems, International Republican Institute, National Democratic Institute, 2002, *ANGOLA Pre-Election Assessment Report*, Washington DC, Março.

¹⁵ Houve uma forte especulação sobre a realização de eleições antes do final de 2006. No entanto, isso parece pouco provável, de acordo com uma declaração feita pelo Presidente Dos Santos, no final de Janeiro de 2006.

procedimento operativo padrão. Os anos 80 assistiram à criação de centenas de novos postos governamentais pelo MPLA como forma de recompensar trãnsfugas de um antigo partido étnico-nacionalista, a FNLA, domesticando assim aquele competidor político. Em meados e finais da década de 90, surgiu um apoio generoso aos trãnsfugas da UNITA, alguns dos quais receberam posições oficiais importantes. Todos os partidos políticos representados no parlamento recebem subsídios e privilégios significativos, incluindo habitação e automóveis.

Para além de Luanda, as autoridades anuíram em partilhar alguns rendimentos dos impostos petrolíferos com duas províncias ricas em petróleo mas escassamente povoadas, Cabinda e Zaire, onde os sentimentos separatistas estão acesos. Apesar de vários estudos e planos, de uma legislação nesse sentido aprovada em 1999 e de um Ministério encarregue da questão, uma descentralização real do sector da administração e dos gastos públicos está ainda por acontecer. Em algumas províncias, e com financiamento de doadores, estão a decorrer algumas experiências para promover a consulta entre órgãos estatais e não estatais. Mas o poder provincial é supervisionado firmemente desde Luanda. À partida, as eleições locais deveriam ser realizadas um ano após as eleições de nível nacional. Se essas eleições de facto ocorrerem, traduziriam um avanço muito importante em direcção à responsabilidade democrática. No entanto, é pouco provável que Luanda encoraje uma política de descentralização num futuro próximo, especialmente no enclave petrolífero de Cabinda e nas zonas diamantíferas do nordeste.

As instituições que não estão directamente sujeitas a provisões constitucionais, ao parlamento ou outros tipos de fiscalização, são importantes para a arquitectura do poder em Angola. A principal instituição que utiliza uma contabilidade ilícita é a empresa petrolífera para-estatal Sonangol. Como um Estado dentro de um Estado, ela opera em aliança com empresas petrolíferas, bancos e outros interesses multinacionais offshore. Juntamente com o Banco Central e o Ministério das Finanças, conspira para criar “um ‘buraco negro’ para os rendimentos petrolíferos do país, semelhante

ao famoso triângulo das Bermudas onde os navios desapareciam sem deixar rasto”¹⁶. Dependente da liderança máxima, tem grande autonomia para negociar empréstimos para financiar investimentos, compras de armas ou qualquer coisa que o regime deseje, mas queira manter à margem do conhecimento público. O acordo permitiu ao governo angolano resistir até mesmo às pressões do Fundo Monetário Internacional (FMI). As contas da empresa diamantífera nacional de Angola, Endiama, são ainda menos transparentes.

Estas dinâmicas aquisitivas, e o costume de manter as coisas encobertas e impunes, ilustram as utilizações da *desordem como um instrumento político*¹⁷. Esta forma de gerir o poder político – uma autoridade opaca e irresponsável, uma ordem legal fraca e corrupta, fronteiras mínimas entre os sectores formal e informal, uma cumplicidade activa das empresas estrangeiras, etc. – também está presente na política doméstica e nas relações internacionais de outros Estados africanos, incluindo aqueles que não sofrem guerra nem grandes oscilações políticas. Mas as condições existentes e a riqueza disponível em Angola fizeram da desordem um mecanismo especialmente eficaz, que serve um conjunto diverso de interesses. Por detrás do fumo e do caos da guerra, a desordem foi útil tanto para o MPLA como para a UNITA.

Os cidadãos são actores periféricos. A reciprocidade entre o Estado e os cidadãos é virtualmente inexistente. Não existe nenhum contrato político-social, através do qual os cidadãos concordem em respeitar exigências legítimas (tais como o pagamento de impostos, cumprimento do estado de direito, etc.) em troca da rezeptividade estatal, dentro das suas capacidades, em respeitar os direitos dos cidadãos de forma ampla e justa. Salvo raras excepções – recentemente um grupo de camponeses desafiou uma decisão governamental em tribunal¹⁸ – os cidadãos carecem de meios públicos de confiança para rectificar injustiças. Encerrar este

¹⁶ Tony Hodges (2001), *Angola. From Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism*, Oxford: James Currey, p. 124. Para mais detalhes, ver Global Witness (1999), *A Crude Awakening*, Londres.

¹⁷ Patrick Chabal & J-P Daloz (1999), *Africa Works. Disorder as Political Instrument*, Oxford: James Currey.

¹⁸ Fernando Pacheco, comunicação pessoal.

fosso imenso entre os cidadãos comuns e a classe política é um desafio principal.

No período colonial, os africanos não eram considerados cidadãos; não tinham importância em termos políticos porque eram indígenas e subalternos. Não obstante, eram necessários pelo seu trabalho, os seus impostos e, até certo ponto, pela sua capacidade de consumir bens portugueses. Hoje, os angolanos podem ocasionalmente ter importância em rituais políticos (como “rebanho eleitoral”) mas não muito em termos económicos, na medida em que a maior parte do que a classe política necessita pode ser obtido sem trabalhadores, impostos e consumo angolanos. A “maldição dos recursos” é fundamentalmente uma maldição política, na medida em que destrói a reciprocidade entre governantes e governados.

Angola ilustra um aspecto da globalização e governação surpreendentemente pouco estudado: o engrandecimento das elites em África pode corroer a prática democrática no Ocidente. Na década de 90, personagens seniores do partido francês Gaullist e da CDU alemã encheram os cofres dos seus partidos (e talvez as suas contas bancárias pessoais) através de esquemas complexos com base em rendimentos petrolíferos angolanos e de outros países africanos. Alguma desta corrupção foi denunciada no escândalo do “Angolagate” de 1999-2003. Graças à firmeza de funcionários judiciais franceses, empresários importantes e um antigo Ministro dos Negócios Exteriores francês foram perseguidos pelos seus crimes. Dinheiros angolanos também foram detectados em campanhas políticas e de advocacia nos Estados Unidos¹⁹.

¹⁹ Global Witness (2002), *All the Presidents' Men. The Devastating Story of Oil and Banking in Angola's Privatized War*. Londres.

Poder para a Mudança

Será Angola uma nação condenada à governação autocrática e à consolidação de privilégios e pobreza num estrato social semelhante ao de castas? O que poderá fazer o país sair de uma zona perigosa de autocracia para um caminho emancipador rumo a uma governação aberta e a um crescimento igualitário?

As forças para a mudança emancipadora podem conquistar pontos de influência tanto dentro do país como no exterior. Numa economia política virada para o exterior como a de Angola, o que se desenvolve internamente está intimamente relacionado com o que acontece – ou não – no exterior. Vamos considerar em primeiro lugar as forças internas, depois as externas, mas tendo presente que ambas dimensões se sobrepõem e interagem.

Agentes do Status Quo

As bases económicas da classe política não são completamente conhecidas, mas os padrões gerais são detectáveis. De acordo com as percepções populares angolanas, o poder está nas mãos de “Treze Famílias”; uma versão revista fala de “Cem Famílias”. Este termo sugere um regime dinástico baseado em riqueza proprietária e uma base de poder estreita e sem relação com mérito. A riqueza e a posição política estão interligadas, mas a riqueza quase nunca é conseguida sem posição, influência e protecção política. Em Janeiro de 2003, o jornal ‘O Angolense’ de Luanda publicou uma lista de dez angolanos com bens alegadamente superiores a cerca de US\$ 50 milhões cada. A maior parte dos membros da lista são ou eram funcionários do governo ou do partido governante. Como resposta, o gabinete do Presidente escreveu ao editor do jornal: “consideramos a sua desinformação como perigosa, na medida em que visa não só destruir as personalidades mencionadas, mas as próprias instituições estatais”²⁰.

²⁰ ANGOP, 22 Janeiro 2003. <http://www.angola.org/news/NewsDetail.cfm?NID=11579>

Depois de 1989, quando o Estado aderiu ao FMI e começou a privatizar bens públicos, desenvolveram-se novas formas de enriquecimento para as elites. À margem do conhecimento público, a elite política vendeu empresas, quintas, casas e blocos de apartamentos de propriedade estatal e licenças especiais de exportação para si e os seus amigos, mesmo para trãsugas de partidos rivais. Negócios lucrativos como contratos de sucatas de metal exportáveis – um recurso abundante graças à guerra e aos acidentes de carro – eram extremamente bem pagos. Hoje, alguns bens privatizados geram dinheiro para o partido governante, que se pensa ter na sua posse cerca de 35 empresas, do sector hoteleiro e de restauração ao de publicidade.

Deste modo, os rentistas emergiram de funcionários, militares e empresários que usufruíam de favorecimento político. Alguns bens estão sob propriedade estrangeira, ainda que os grandes investidores estrangeiros só consigam entrada caso usufruam de ligações com e de protecção de angolanos em posições de destaque. É costume ter angolanos como fachada para os interesses externos, o que deste modo torna difícil verificar os padrões gerais de propriedade. Comenta-se que os investidores sul-africanos adquiriram concessões diamantíferas importantes. Os empresários libaneses já chegaram ao país. É apenas uma questão de tempo até que os empresários chineses, com os seus bens de consumo baratos, comecem a abrir lojas.

Agentes Internos de Mudança

Nas décadas de 40 e 50, emergiu uma massa crítica de angolanos que exigia a autodeterminação entre os intelectuais urbanos, funcionários de baixo escalão e alguns agricultores-comerciantes, particularmente nas zonas nortenhas de café. As suas mensagens nacionalistas foram bem recebidas pelo proletariado urbano e rural e por alguns membros da classe média emergente, ainda que muito restrita.

É possível que hoje surjam algumas pressões modestas pela mudança junto de funcionários médios do Estado,

como aconteceu durante a luta contra a ordem colonial. Sindicatos de professores e enfermeiros têm por vezes demonstrado militância e consequentemente receberam aprovação pública generalizada. Pode ser que algum poder desponte eventualmente entre a classe média comercial – negociantes, transportadores, agricultores e fornecedores de serviços – com bens e espaços garantidos nos mercados em expansão. No entanto, o sector empresarial formal não depende da sua capacidade competitiva nos mercados abertos para prosperar. Antes, está dependente de ultimar negócios com angolanos bem posicionados com boas relações nos altos círculos do governo. Licenças de negócio e outras vantagens são atribuídas directamente pela classe política ou indirectamente pela sua persuasão sobre investidores e empresários estrangeiros. Não há alternativa ao clientelismo da classe política dominante. Nestas condições, é improvável a emergência próxima de um bloco profissional e comercial autónomo e de contra-peso social.

Deste modo, Angola não é muito diferente do Kazaquistão ou Azerbaijão, países exportadores de hidrocarbonetos geridos por dinastias familiares e seus clientes preferenciais. Estas oligarquias dominam o poder político e detêm ou supervisionam sectores chave do comércio e da indústria, graças à riqueza petrolífera e as alianças com investidores estrangeiros. Angola assemelha-se ao Gabão, rico em petróleo, onde um governante de uma dinastia rica está no poder desde 1967. No Gabão, as camadas comercial e profissional não conduziram à emergência de nenhum bloco socio-político rival, na medida em que essas camadas não têm uma autonomia real da classe política dinástica, assente no petróleo. Geralmente nestes países, os regimes e a governação demonstram uma manutenção de poder extraordinária. Porém, os índices de bem-estar social e de educação em Angola são menores que no Gabão e muito menores que no Azerbaijão e Kazaquistão. As divisões sociais – verticalmente entre classes e horizontalmente entre grupos étnicos – são profundamente acentuadas e em expansão.

Caso o registo histórico angolano possa ser considerado um indicador do que poderá emergir no futuro, o mais provável que persistam blocos socio-políticos

rivais em zonas periféricas. Noutros países exportadores de petróleo, como a Nigéria, Congo, Sudão, Camarões e Chade, emergiram regularmente movimentos de ruptura e reivindicações regionais por receitas petrolíferas. Nesses casos, as pessoas tendem a sentir-se prejudicadas por pertencerem ao grupo ou região étnica “errada” e a exprimir os seus agravos de forma correspondente. Assim foi o início de décadas de resistência de oposição política armada no enclave rico em petróleo de Cabinda – oposição previamente encorajada e apoiada por interesses externos, incluindo empresas petrolíferas francesas e regimes clientelistas ocidentais hostis a Luanda nos dois Congos.

Após décadas de práticas de terra queimada, tanto rural como urbana, e de formas incontáveis de abuso e humilhação, os angolanos estão a lutar com os efeitos políticos de uma auto-estima colectiva magoada. Aqueles que são estigmatizados pela sua origem étnica ou regional podem sentir isto de forma mais aguda – na selva urbana de Luanda, os Bakongo e Ovimbundo sofreram por vezes hostilidade violenta. Estes ressentimentos podem ser inflamados por alguns partidos com objectivos eleitorais. Mas enquanto os partidos dependerem dos que estão no topo do comando, permanecendo assim expostos à cooptação, é pouco provável que qualquer esforço para mobilizar pessoas contra Luanda com base em injustiças étnicas e regionais ganhe força.

Uma outra razão para não esperar uma mobilização popular activa é a repressão. A polícia angolana usa a força de forma rotineira para pôr um fim a protestos públicos, tais como os de famílias expulsas das suas casas. Existe intimidação explícita por parte das forças de segurança formais e informais, incluindo a Polícia de Intervenção Rápida ou ‘ninjas’ e a Organização de Defesa Civil paramilitar, cujos membros são citados, num relatório recente do Departamento de Estado norte-americano, como os ‘principais abusadores de direitos humanos e responsáveis pela maior parte das mortes extrajudiciais’²¹ de Angola. Os relatórios da

Amnistia Internacional e da *Human Rights Watch* descrevem padrões recorrentes de abusos graves pela polícia²². Os cidadãos encaram a força policial como a instituição menos digna de confiança no país²³. Para além de serviços de segurança oficiais, grupos informais como o Movimento Nacional Espontâneo – grupos violentos ao serviço do poder – têm sido enviados para virar o equilíbrio de força nas ruas.

Por estas razões, e pela memória repulsiva da guerra, os angolanos estão mais resistentes que nunca a serem mobilizados para política partidária. Os cidadãos confiam muito pouco em *qualquer* líder ou partido político. O inquérito de opinião de 2003 indica uma desconfiança popular devastadora relativamente aos partidos políticos, classificados apenas com uma ligeira diferença acima da detestada polícia. Este facto pouco surpreende à luz das muitas traições feitas aos cidadãos por *todas* as lideranças políticas. No entanto, não está claro que os angolanos estejam agora imunes a apelos políticos a medos raciais, étnicos ou religiosos – todos critérios previamente usados em contestação política.

A maior parte dos veículos para uma acção cidadã emancipadora não é forte, embora alguns tenham ajudado a abrir espaços para desafiar o abuso oficial de direitos civis e políticos e a promover a reconciliação. Na esfera civil, têm surgido organizações sem ânimo de lucro desde a descompressão política de inícios da década de 90. Uma ampla variedade de ONG juntou-se a vários órgãos de base religiosa. Afirma-se a existência de 500, embora talvez apenas algumas dúzias operem a tempo inteiro. A maior parte das ONG representam iniciativas da camada média assalariada – professores, gestores, padres e do género. A sua orientação é principalmente para o sistema da ajuda e a sua mistura sempre inconstante de interesses e exigências dos doadores. A maior parte delas tem como objectivo o

²¹ US Department of State, 2005, *Country Reports on Human Rights Practices for 2004*, Volume I, Submitted to the Committee on Foreign Relations U.S. Senate and the Committee on International Relations U.S. House of Representatives

²² A 2002 report by Amnesty International, *Policing to protect human rights*. Uma análise da prática policial em países da SADEC, 1997-2002, recomenda (p. 102) melhorias fundamentais na formação policial em Angola.

²³ International Republican Institute, 2004, *Survey Report of Angola*, Washington DC: IRI. <http://www.iri.org/pub.asp?id=7676767888>

fornecimento de serviços básicos de saúde, formação, educação e desenvolvimento comunitário – algo que é bem acolhido pelas autoridades governamentais, incapazes de ou relutantes em fornecer tais serviços. Várias ONG de desenvolvimento demonstram bons princípios profissionais e algumas delas têm influenciado a política pública (tal como sobre direitos da terra) através de pesquisa de qualidade e de abordagens sofisticadas aos decisores.

Algumas ONG mais jovens têm-se concentrado sobre direitos civis e políticos em cenários particulares: residentes de vizinhanças pobres a sofrerem abusos por parte das autoridades ou dos proprietários das terras (tais como despejos forçados); condições prisionais; jornalistas e sindicalistas que enfrentam restrições à liberdade de expressão; mulheres vítimas de abuso e violência doméstica. Constituídas por advogados e usufruindo da protecção discreta de figuras políticas, líderes religiosos e actores externos, tais como a Embaixada da Suécia e a Fundação *Open Society*, estas ONG estão a desenvolver trajectos de eficácia e de credibilidade pública dignos de registo. A existência de meios de comunicação social independentes fez de Luanda um local onde a crítica e o debate estão disponíveis regularmente em jornais semanais e rádios de baixa potência, pelo menos para a classe média instruída.

No entanto, para organizações de trabalho estruturado, comunitárias e para a maioria dos cidadãos fora de Luanda, o espaço político para grupos civis que prosseguem agendas emancipadoras é muito limitado. Desde os inícios da década de 90 que a classe política angolana tem tentado criar os seus próprios contrabalances na sociedade civil. A mais proeminente é a Fundação Eduardo dos Santos (FES), um braço de caridade do partido governante, para a qual os empresários estrangeiros e nacionais são energicamente convidados a fazer doações. Noutras esferas da sociedade civil, surgiram grupos empresariais e profissionais e associações locais como resposta às oportunidades em Angola e no exterior. Todas estas organizações têm que evitar aparentar promover posições que possam desagradar os governantes do país.

A fragilidade ou ausência de instituições *públicas*, tais como um sistema de tribunais competentes e independentes, incluindo a existência de tribunais de pequena instância para verificar abusos por parte de proprietários de terras e construtores, limita a possibilidade de mudança promovida pela pressão cidadã. Instituições públicas fracas ou ausentes contribuem para a desordem geral que durante muitos anos tem servido favoravelmente as elites. Ocasionalmente, uma massa crítica de activistas e intelectuais estabeleceu ligações com pessoas pobres sob ameaça, mas esses elos são mínimos e repletos de riscos. É uma espécie de armadilha de equilíbrio de baixo nível (*low-level equilibrium trap*).

No plano internacional, o activismo relativo a direitos ou governação no plano internacional, liderado por organizações estrangeiras de activistas baseadas em conhecimento da realidade, como a *Global Witness* e a *Human Rights Watch*, tem sido muito menos inibido e tem conseguido grandes progressos no que diz respeito a levantar questões e a definir agendas no comportamento corporativo.

Agentes Externos de Mudança

Há ainda uma outra razão que justifica o facto de os actores civis permanecerem fracos e o seu espaço político constrangido. Os cidadãos não importam em grande medida porque, comparativamente, os eleitorados estrangeiros têm muito mais peso político sobre a definição das políticas públicas e mudanças emancipadoras.

Em muitos contextos africanos, as políticas governamentais e o investimento público estão fortemente dependentes da ajuda dos doadores e de empréstimos externos. Em Angola, não é este o caso. O sistema de ajuda apenas se começou a fazer sentir nos finais dos anos 80, quando se iniciaram vagas de sofisticadas operações de socorro de capacetes azuis das Nações Unidas. Houve golpes humanitários publicitários, tais como a visita da Princesa Diana em 1996, para dar visibilidade à crise de amputados e minas anti-pessoais. Mas ao contrário de muitos países africanos, a vida pública angolana não gira em torno da ajuda externa.

Há muito que Angola é conhecida entre os doadores como um jogador difícil, não cooperante²⁴. A linha de inclinação da atribuição de ajuda continua a aumentar, embora algumas agências de ajuda se tenham retirado devido a resultados medíocres e ao facto de não poderem gastar o seu dinheiro num ritmo regular.

Para Angola, ao contrário de muito no resto de África, o FMI nunca foi um competidor sério pelo poder sobre a economia. O governo nunca contraiu um empréstimo com o FMI nem prestou muita atenção ao seu Programa Monitorizado (*Staff Monitored Programme*), iniciado nos finais da década de 90. Em 2006, Angola ignorou de forma pertinente os avisos do FMI relativamente ao estabelecimento de um banco nacional de desenvolvimento, projectado para absorver até 5 por cento das receitas oficiais anuais de petróleo, para promover o empreendimento privado nacional. Em Moçambique, a comunidade doadora vetou rapidamente uma proposta governamental semelhante para um banco de desenvolvimento.

As autoridades angolanas sabem que apenas uma porção modesta da ajuda destinada a Angola em termos materiais entra realmente no país, para ser usada à discrição dos angolanos. Sabem que muita dela é absorvida por expatriados, agências estrangeiras, empresas de consultoria, ONG e outros intermediários. Também assistiram à distribuição esmagadora de ajuda para as Nações Unidas e agências privadas de ajuda – não para o Estado. As autoridades angolanas nunca esconderam o seu desejo de supervisionar a ajuda humanitária e de outro tipo de forma mais próxima. Algumas vezes, também não esconderam a sua falta de confiança na comunidade doadora, apesar de procurarem aproveitar-se dela ao mesmo tempo.

Doadores como a Suécia, que começou a investir de modo maciço num conjunto de sectores de desenvolvimento entre 1977 e 2000, estão agora a colocar um maior ênfase nos seus objectivos comerciais. Por outro lado, o governo britânico parece estar a manter o seu

compromisso com Angola, tanto com objectivos de ajuda como comerciais.

O comércio internacional professa um desejo por um mundo melhor através da promoção da “cidadania global”²⁵ dos seus membros. Porém, no caso de Angola, a sua prática real de ‘cidadania global’ é limitada e degradada. Para as empresas petrolíferas, a responsabilidade social corporativa resume-se a uma coisa: lucros maiores²⁶. Além disso, as pressões competitivas e geopolíticas expõem o comércio à manipulação, através da qual votos de responsabilidade corporativa são facilmente forjados. Tal como outros países pobres exportadores de petróleo, Angola ilustra a falsidade de muitas reivindicações sobre responsabilidade corporativa ou, em qualquer caso, a facilidade com a qual as medidas de responsabilidade corporativa podem ser abandonadas quando há interesses comerciais em jogo.

Do conjunto de iniciativas de transparência global, sobressaem dois esforços principais que, caso sejam colocados em prática, podem promover uma melhor responsabilidade pública pelas indústrias de hidrocarboneto e outras que se encontram, tais como os regimes *rentistas*, na raiz dos problemas de governação.

O primeiro destes esforços resultou directamente de investigações à indústria petrolífera em Angola feitas pela ONG inglesa *Global Witness*: a iniciativa Publique o Que Paga²⁷, “uma coligação de mais de 280 ONG a nível mundial pede a divulgação obrigatória dos pagamentos feitos por empresas de petróleo, gás e de exploração mineira a todos os governos para a extracção de recursos naturais”²⁸. Estabelecido em Junho de 2002, esse esforço não governamental começou a ameaçar interesses estabelecidos. O primeiro-ministro britânico Tony Blair avançou rapidamente com o lançamento de um esforço oficial paralelo: a Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE), que

²⁵ Ver, por exemplo, declarações do Fórum Económico Mundial.

²⁶ Wiig, Arne e Madalena Ramalho (2005), *Corporate social responsibility in the Angolan oil industry*, Working Paper 2005:8, Bergen: Chr. Michelsen Institute.

²⁷ Publish What You Pay (PWYP) initiative.

²⁸ PWYP website: <http://www.publishwhatyoupay.org/english/>

²⁴ Ver por exemplo: Sanches, Adérito Alain, 1999, *EU Cooperation with Politically Fragile Countries: Lessons from Angola*, ECDPM Discussion Paper 11. Maastricht: ECDPM

“tem como objectivo aumentar a transparência nas transacções entre governos e empresas das indústrias extractivas”²⁹.

Embora insatisfeitas com qualquer das iniciativas, as empresas globais e os Estados exportadores de petróleo favorecem a ITIE, na medida em que a divulgação da informação está principalmente à descrição das autoridades nacionais. É flexível e carece de qualquer sanção real. Em contraste, a iniciativa Publique o Que Paga não é popular precisamente porque seria obrigatória. As empresas e os governos encaram-na como uma intrusão no segredo corporativo, colocando assim as empresas em desvantagem face a competidores que se recusem a revelar seja o que for. A posição oficial norte-americana, fortemente influenciada pela indústria petrolífera, não favorece esta iniciativa. O seu objectivo é transferir o peso da transparência das empresas para os Estados exportadores de petróleo. Um investigador da Universidade de Stanford conclui em tom irónico, ‘na perspectiva dos Estados Unidos, cabe aos governos corruptos publicitar a sua própria corrupção’³⁰. É difícil evitar a conclusão de que a iniciativa de Blair recebe o apoio das empresas porque estas sabem que é ineficaz.

A Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas afirma que tem o apoio oficial de Angola. No entanto, de acordo com investigadores independentes, Angola ‘inventou para si mesma uma categoria de ‘observador’, evitando desta forma um compromisso para decretar qualquer princípio da ITIE. É bastante comum que os contratos de produção contenham acordos confidenciais, e enquanto a ITIE continuar voluntária, não terá o poder de se sobrepor a eles’³¹. Por outro lado, as autoridades angolanas são claramente hostis face à iniciativa Publique o Que Paga. Um mês depois do seu lançamento, o parlamento angolano passou uma Lei sobre

Segredo de Estado, tornando as empresas petrolíferas internacionais sujeitas a perseguição caso tornassem públicos dados sobre os seus negócios com a empresa petrolífera estatal angolana Sonangol.

Entretanto, o governo angolano está a fazer o seu melhor para responder à pressão oficial internacional sobre corrupção e má governação. Em Julho de 2004, assinou o “Mecanismo Africano de Revisão pelos Pares” [*African Peer Review Mechanism*] da União Africana, apesar de não ter assinado a Convenção sobre Prevenção e Combate à Corrupção da União Africana. Em 2003, assinou a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, que entrou em vigor em Dezembro de 2005. No entanto, e juntamente com muitos outros (incluindo os Estados Unidos, o Reino Unido, Espanha e outros) tem ainda que ratificar a sua adesão a esta convenção.

No entanto, o centro do problema é externo. A indústria petrolífera mundial lança uma sombra enorme, obscurecendo as perspectivas por uma governação democrática em Angola, noutros países exportadores de petróleo e na comunidade mundial no seu todo. A discrepância entre as intenções públicas internacionais de melhorar a governação e as práticas reais não é mais flagrante em nenhuma dimensão que na indústria petrolífera, particularmente em África. Um perito da indústria assinala: ‘No Golfo da Guiné, os estrangeiros exploram o petróleo e vendem-no a si próprios (mantendo frequentemente dois conjuntos de livros e guardando a diferença em contas bancárias na Suíça)’³². Porém, a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção requer explicitamente aos Estados que processem as empresas por práticas desse tipo.

Longe de praticarem a ‘cidadania global’, as empresas demonstram regularmente falta de respeito por obrigações normais de cidadania. A sua abordagem às obrigações tributárias ilustra este desrespeito. Desde

²⁹ EITI website: <http://www.eitransparency.org/faqs.htm>

³⁰ MacMillan, John (2005), “*The Main Institution in the Country Is Corruption*”: *Creating Transparency in Angola*, Working Paper Nr. 36, Center on Democracy, Development and The Rule of Law Stanford Institute on International Studies.

³¹ Platform Research (2005), *Pumping Poverty. Britain’s Department for International Development and the oil industry*, p. 23 http://www.foe.co.uk/resource/reports/pumping_poverty.pdf

³² Yates, Douglas (2004), ‘Changing Patterns of Foreign Direct Investment in the Oil-Economies of the Gulf of Guinea’ in Rudolf Traub-Merz e Douglas Yates (orgs.), *Oil Policy in the Gulf of Guinea, Security & Conflict, Economic Growth, Social Development*. Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung, p. 49.

2004, as empresas petrolíferas e de gás norte-americanas detinham legalmente um mínimo de 882 empresas fantoche em locais como as Ilhas Caimão, Bermudas e Liechtenstein – nenhuma das quais alguma vez produziu uma única gota de petróleo³³. Devido à falta de regulação e ao secretismo generalizados, não é possível saber quem mantém acumulações de receitas petrolíferas nesses locais. A nível global, estima-se que empresas e individualidades ricas possuam cerca de US\$ 11.5 triliões em paraísos fiscais completamente fora do alcance e controlo públicos. Estes são fundos que poderiam noutro caso ser utilizados para o bem comum, exemplificado em coisas tais como os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

As empresas petrolíferas são grandes profissionais na promoção da evasão fiscal, mas não são as únicas. De acordo com um economista de Oxford, empresas de todos os tipos recusam regularmente, de forma 'legal' e ilícita, cerca de US\$ 100 milhões por ano em pagamento de impostos que devem aos governos de países de baixo rendimento³⁴. Questionado sobre este desvio massivo, o economista e Nobel Joseph Stiglitz respondeu, 'É do interesse de alguns dos interesses dos ricos permitir que isto ocorra. Não é um acidente; poderia ter sido acabado a qualquer momento'³⁵.

Grandes empresas de petróleo e de gás estão a basear-se nos seus acordos contratuais com autoridades nacionais em locais como Angola (Acordos de Partilha de Produção [*Production Sharing Agreements*] e Acordos com o Governo-Sede [*Host Government Agreements*]) para 'conseguir um controlo quase absoluto não apenas sobre as leis referentes às suas actividades mas sobre o próprio desenvolvimento dos recur-

³³ Williams, Bob e Jonathan Werve (2004), *Gimme Shelter (From Taxes)*. Washington DC: Center for Public Integrity.

³⁴ Cobham, Alex (2005), *Tax evasion, tax avoidance and development finance*, Working Paper Number 129, Finance and Trade Policy Research Centre, Queen Elizabeth House, University of Oxford.

³⁵ Komisar, Lucy (2001), "After Dirty Air, Dirty Money", *The Nation*, 18 Junho, p. 16.

³⁶ Hildyard, Nicolas e Greg Muttitt (2005), *Turbo-Charging Investor Sovereignty. Investment Agreements and Corporate Colonialism*, The Corner House, p. 44 <http://www.thecornerhouse.org.uk/pdf/document/HGAPSA.pdf>. Desde Junho de 2005, Angola só assinou Tratados Bilaterais de Investimento com Cabo Verde, Portugal, Reino Unido, Itália e Alemanha.

sos naturais' dos Estados em questão³⁶. Um maior poder sobre países como Angola surge de Tratados Bilaterais de Investimento, que permitem às empresas 'desafiar as leis nacionais (incluindo leis ambientais), as regulações administrativas locais, os impostos e outras acções governamentais que são consideradas prejudiciais ao valor dos seus investimentos'.

Para que Angola ganhe uma parte justa dos rendimentos petrolíferos e melhore as possibilidades de esses fundos beneficiarem o povo angolano, é exigida transparência sobre todos os fluxos. Essa exigência devia abranger não apenas os recursos geridos pela elite angolana, o foco usual da atenção, mas também os que são geridos pelas empresas. Isso faria com que propostas recentes de partilhar os rendimentos petrolíferos directamente com cidadãos fossem possíveis, tais como a que foi recentemente apresentada sobre o Iraque na revista do establishment norte-americano *Foreign Affairs*³⁷. Tais propostas podem parecer radicais, mas apresentam vantagens relativamente às alternativas existentes no que diz respeito a capturar pelo menos alguns rendimentos e garantir que estes são gastos de acordo com regras benéficas em termos democráticos e sociais. As alternativas existentes, tais como fundos especiais reservados no Chade e Azerbeijão destinados a objectivos sociais, não produziram os resultados esperados.

Apesar de perdas também para os cofres de Estado do Norte e apesar dos riscos (como foi demonstrado pela Al-Qaeda), as potências ocidentais continuam surpreendentemente a demonstrar uma iniciativa e esforço mínimos na formulação e implementação de regulações normais sobre estes fluxos não transparentes e não regulamentados. No entanto, estão em marcha algumas acções modestas e cautelosas com vista à supervisão e regulação pública que merecem atenção. Duas entre elas são:

Projecto da OCDE sobre Práticas Fiscais Desleais. Entre as propostas potencialmente positivas deste

³⁷ Birdsall, Nancy e Arvind Subramanian (2004), "Saving Iraq from its Oil", *Foreign Affairs*, Julho/Agosto.

esforço existe um modelo de acordo que daria aos governos o poder para se sobreporem às regras de secretismo empresarial.

Linhas Orientadoras da OCDE sobre Empresas Multinacionais. O relatório de 2005 da Comissão do Governo britânico para os estados africanos afirma: 'ainda que voluntariamente, os governos da OCDE são obrigados a promover e a garantir a adesão às linhas orientadoras. O G8 já se comprometeu a "encorajar a adopção de princípios voluntários de responsabilidade social empresarial pelos envolvidos no desenvolvimento dos recursos naturais de África". Essa obrigação necessita agora ser implementada'³⁸.

Para além destas medidas oficiais cautelosas, que dependem da *soft law* (códigos de conduta, pressões por parte da sociedade civil) e da boa vontade dos participantes, serão necessários passos mais rigorosos e obrigatórios. A investigação desenvolvida por grupos de activistas políticos, dos *Friends of the Earth* à *Global Witness* e à *Corner House*, está a fazer recuar as cortinas da opacidade ao redor das indústrias extractivas e dos Estados rentistas autocráticos normalmente associados a elas.

Alguns governos da Europa Ocidental atribuíram fundos modestos e deram apoio a esta pesquisa e propostas de reforma. No entanto, dada a seriedade e o alcance destas questões, é urgente e necessária uma maior atenção. Face às tensões imensas e crescentes em torno dos bens petrolíferos e à sua relação com a repressão violenta e a resistência violenta em muitos cantos do mundo, os governos deviam estar a avançar de forma mais dinâmica rumo à construção de uma base sólida de conhecimento e consenso público, sobre a qual se poderia talvez construir leis e instituições capazes de reduzir os riscos que o actual sistema coloca à paz e à segurança.

Conclusão

A pobreza e o desrespeito por outros direitos dos cidadãos revelam fracassos da liderança angolana, mas esses não são totalmente da sua responsabilidade, como se Angola estivesse numa ilha autónoma. Esses fracassos são reproduzidos quando os governantes e os incentivos levam a classe política angolana a não ter que prestar contas nem aos seus cidadãos nem a nenhuma autoridade pública externa ao país. *Os problemas de governação doméstica de Angola são simultaneamente problemas de governação global.* De facto, estes não podem ser compreendidos dentro de um quadro de referência estritamente doméstico, o de um Estado-nação geograficamente limitado.

A cidadania global reivindicada por grandes empresas não significa apenas direitos, mas também deveres. No entanto, a maior parte das empresas ocidentais demonstram um sentido de responsabilidade superficial e oportuno, limitado essencialmente aos seus departamentos de relações públicas. Este sentido pode ainda ser mais superficial em empresas de zonas não ocidentais, tais como a China, que se estão a expandir rapidamente para países como Angola. O avanço do capitalismo pode criar maravilhas de engenharia e de geração de lucro, mas se o passado é algum tipo de guia para o futuro, as consequências sociais e políticas em Angola não serão bonitas. As abordagens de *soft law* voluntárias internacionais podem ajudar, mas em última análise uma lei firme e de implementação pública é condição *sine qua non* para que regimes como o de Angola percarn a sua protecção mais importante – a cumplicidade de grandes empresas e circuitos financeiros opacos – e sejam forçados a avançar rumo a uma responsabilidade social e uma governação democrática genuínas.

³⁸ *Our Common Interest: Report of the Commission for Africa*, section 5.2.4, paragraph 49. cited in: The Corner House and Rights and Accountability in Development, 2006, *The UK National Contact Point's Promotion and Implementation of the OECD Guidelines for Multinational Enterprises*.

Response to the Stakeholder Consultation

INFORMES Y DOCUMENTOS DE TRABAJO 2004-05

- 1 Europa e Irak: ¿Hacia una política más constructiva?, **Richard Youngs**, Noviembre de 2004
 - 2 Hacia una nueva cooperación española, **Silvia Hidalgo y Fernando Espada**, Diciembre de 2004
 - 3 Uso de la fuerza y responsabilidad de proteger. El debate sobre la reforma de la ONU, **Carlos Espósito**, Junio de 2005
 - 4 Una Comisión de Consolidación de la Paz para las Naciones Unidas, **Jessica Almqvist**, Junio de 2005
-
- 1 A proposal for governance of the Gaza strip in the context of the announced Israeli withdrawal, **CITPax, an initiative of Shlomo Ben-Ami**, November 2004
 - 2 El Proceso de Barcelona, diez años después: ¿Un modelo para afianzar la reforma árabe?, **Richard Youngs**, Enero de 2005
 - 3 El Islam político: ¿está listo para comprometerse?, **Emad El-Din Shahin**, Febrero de 2005
 - 4 Reflexiones sobre la reforma del Servicio Exterior de España, **Carlos Espósito**, Febrero de 2005
 - 5 ¿Cómo juzgar a los acusados de actos de terrorismo?, **Jessica Almqvist**, Marzo de 2005
 - 6 España y Marruecos: ¿hacia una agenda de reformas?, **Richard Gillespie**, Abril de 2005
 - 7 Contribución española a la construcción de la paz. Razones y propuestas para la elaboración de un Plan de Acción, **Luis Peral**, Abril de 2005
 - 8 Los instrumentos de la UE en la prevención y gestión de conflictos, **Javier Niño Pérez**, Abril de 2005
 - 9 España y el Magreb durante el segundo mandato del Partido Popular. Un período excepcional, **Laura Feliú**, Mayo de 2005
 - 10 Agresión, crimen de agresión, crimen sin castigo, **Antonio Remiro Brotóns**, Junio de 2005
 - 11 Reforma política y perspectivas para una transición democrática en el Golfo Pérsico, **Jill Crystal**, Julio de 2005
 - 12 Building a New Role for the United Nations: the Responsibility to Protect, **Carlos Espósito and Jessica Almqvist**, September 2005
 - 13 Alliance of Civilisations: International Security and Cosmopolitan Democracy, **Kristina Kausch and Isaías Barreñada**, October 2005
 - 14 ¿Ayudando a Castro? Las políticas de la UE y de EE UU hacia Cuba, **Susanne Gratius**, Octubre de 2005
 - 15 Las amenazas a la seguridad humana y el problema de los medios de acción, **Luis Peral**, Octubre de 2005

DOCUMENTOS DE TRABAJO 2005-06

- 16** The United Nations' Responsibility towards Victims of Terrorist Acts, **Irene Aguirrezabal Quijera, November 2005**
- 17** Transition and Legitimacy in African States: The cases of Somalia and Uganda **Martin Doornbos, December 2005**
- 18** Facing the Victims in the Global Fight against Terrorism, **Jessica Almqvist, January 2006**
- 19** Failing States or Failed States? The Role of Development Models: Collected Works; **Martin Doornbos, Susan Woodward, Silvia Roque, February 2006**
- 20** Defining 'Terrorism' to Protect Human Rights, **Ben Saul, February 2006**
- 21** Democracia y Seguridad en Oriente Medio, **Richard Youngs, Marzo de 2006**
- 22** La recuperación del conflicto armado: Lecciones aprendidas y próximos pasos para mejorar la asistencia internacional, **Megan Burke, Abril de 2006**
- 23** Angola: La "buena gobernanza" global también es necesaria, **David Sogge, Junio de 2006**

Do Equador à Guiné Equatorial, os países exportadores de petróleo mais pequenos estão a tornar-se alvos não apenas para os investidores, mas também para os geo-estrategas. Angola não é uma excepção. No entanto, como tantos outros casos controlados pelos petrodólares, Angola ilustra muitos dos sintomas do Estado *rentier*: a existência de políticos, empresários e accionistas que usufruem de montantes colossais nas suas contas bancárias enquanto os cidadãos comuns enfrentam défices colossais nos serviços públicos, meios de subsistência e governação legítima.

Este artigo oferece uma rápida leitura destes horizontes relativamente a Angola, nomeadamente:

- A competição internacional pelo petróleo e dinheiro angolanos está a intensificar-se; os europeus e americanos deixaram de ser os únicos competidores em jogo;
- A pobreza e a desigualdade projectam sombras enormes na vida do país; após quase 30 anos de guerra, o esperado "dividendo de paz" ainda está para chegar à maioria dos cidadãos;
- Internamente, a posição da classe política angolana parece inquestionável, na medida em que controla poderes clientelistas enormes e não é confrontada com uma oposição doméstica importante. É pouco provável que esta situação sofra alterações na ausência de qualquer estrato/camada social que sirva de contrabalanço, tal como o que pode emergir do comércio ou produção agrária;
- Externamente, a posição da indústria do petróleo dá-lhe capacidade de influência. No entanto, é pouco provável que se use esse poder para alcançar transparência e normas democráticas sem a existência de uma pressão pública internacional. Levar as empresas da indústria do petróleo (petroleiras) a comportarem-se como cidadãos globais não é impossível. Existem algumas iniciativas globais que sugerem caminhos exequíveis, mas necessitam de muito mais apoio político e implementação profissional – ambas dimensões inexistentes hoje em dia na gestão da economia global.
- Deste modo, Angola coloca desafios de democratização e emancipação da pobreza, não só ao nível nacional mas também ao nível de uma governação responsável e aberta ao nível global.

Angola tem sido profundamente marcada pelas suas relações externas. Este artigo procura situar as tendências locais num contexto de poderes e fluxos globais, especialmente os relacionados com o petróleo e os seus enormes rendimentos – as riquezas que têm gerado guerra, corrupção e pobreza.

www.fride.org